

**CARACTERIZAÇÃO SOCIOPRODUTIVA DE MULHERES RURAIS
NO NOROESTE DO RS
SOCIOPRODUCTIVE CHARACTERIZATION OF RURAL WOMEN IN THE
NORTHWEST OF RS
CARACTERIZACIÓN SOCIOPRODUCTIVA DE LAS MUJERES RURALES EN EL
NOROESTE DE RS**

Rosani Marisa Spanevello¹

<https://orcid.org/0000-0002-4278-6895>

Simone Bueno Camara²

<https://orcid.org/0000-0002-5303-1578>

Denise Marques de Almeida³

<https://orcid.org/0000-0002-5034-5870>

Mariele Boscardin⁴

<https://orcid.org/0000-0002-3308-4189>

Submissão: 22/09/2021 / Aceito: 02/02/2022 / Publicado: 31/03/2022.

Resumo

O objetivo deste trabalho consiste em analisar a situação socioprodutiva de mulheres rurais pertencentes à agricultura familiar e não familiar a partir do Censo Agropecuário de 2017. A região de estudo refere-se ao Noroeste do Rio Grande do Sul, composta por 216 municípios. As variáveis analisadas (faixa etária, escolaridade, forma de obtenção de terras e cultivos temporários e permanentes) foram manipuladas em planilhas do *Microsoft Excel*, para posterior análise. Com relação aos resultados visualiza-se que o maior extrato de mulheres pertence à agricultura familiar, onde é encontrado maior número de estabelecimentos. No que diz respeito à escolaridade, o percentual maior de mulheres que nunca frequentou escolas encontra-se entre as familiares, já a maior parcela com ensino superior são entre as não familiares. Quanto à idade, a maior concentração de mulheres pertencentes a agricultura familiar estão na faixa etária dos 55 anos ou mais, enquanto as faixas mais jovens (com 45 ou menos anos) estão entre as não familiares. No que se refere as características das propriedades as mulheres familiares estão concentradas em propriedades entre 10 – 50 hectares, já as não familiares entre 100 – 200 hectares. Por fim, no referente à forma de obtenção de terras por parte das mulheres, os dois segmentos registram ser através da herança ou doação. Outra semelhança são as atividades econômicas desenvolvidas pelas

¹Professora Dr^a no Programa de Pós Graduação em Agronegócios da Universidade Federal de Santa Maria-UFSM Campus Palmeira das Missões. E-mail: rspanevello@yahoo.com.br

²Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria-UFSM. E-mail: simonebuenocamara@gmail.com

³Zootecnista pela Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: almeida.denise65@yahoo.com

⁴ Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria-UFSM. E-mail: marieleboscardin@hotmail.com

DOI: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v31i57.6695> | Edição Vol. 31, Núm. 57, 2022.



mulheres nas propriedades com destaque para o cultivo de grãos (soja), bovinos e outros animais.

Palavras-chave: Censo agropecuário; Gênero; Meio Rural; Propriedades.

Abstract

The objective of this work is to analyze the socio-productive situation of women belonging to family and non-family agriculture based on the 2017 Agricultural Census. The study region refers to the Northwest of Rio Grande do Sul, consisting of 216 municipalities. The variables analyzed (age group, schooling, way of obtaining land and temporary and permanent crops) were manipulated in Microsoft Excel spreadsheets for further analysis. Regarding the results, it can be seen that the largest extract of women belongs to family farming, where the largest number of establishments is found. With regard to schooling, the highest percentage of women who have never attended school are among family members, whereas the largest share with higher education are among non-family members. As for age, the highest concentration of women belonging to family farming are in the age group of 55 years or more, while the younger groups (with 45 years or less) are among non-family members. With regard to the characteristics of the properties, family women are concentrated in properties between 10 – 50 hectares, while non-family women between 100 – 200 hectares. Finally, with regard to the way women obtain land, both segments register that it is through inheritance or donation. Another similarity is the economic activities carried out by women on the properties, especially the cultivation of grains (soybean), cattle and other animals.

Keywords: Agricultural census; Gender; Countryside; Properties.

Resumen

El objetivo de este trabajo es analizar la situación socioproductiva de las mujeres pertenecientes a la agricultura familiar y no familiar a partir del Censo Agropecuario de 2017. La región de estudio se refiere al Noroeste de Rio Grande do Sul, compuesta por 216 municipios. Las variables analizadas (grupo de edad, escolaridad, forma de obtención de la tierra y cultivos temporales y permanentes) fueron manipuladas en hojas de cálculo de Microsoft Excel para su posterior análisis. En cuanto a los resultados, se puede apreciar que el mayor extracto de mujeres pertenece a la agricultura familiar, donde se encuentra la mayor cantidad de establecimientos. Con respecto a la escolaridad, el porcentaje más alto de mujeres que nunca han asistido a la escuela se encuentra entre los miembros de la familia, mientras que la mayor proporción con educación superior se encuentra entre los miembros que no son de la familia. En cuanto a la edad, la mayor concentración de mujeres pertenecientes a la agricultura familiar se encuentra en el grupo de edad de 55 años o más, mientras que los grupos más jóvenes (con 45 años o menos) se encuentran entre los no familiares. En cuanto a las características de las propiedades, las mujeres familiares se concentran en propiedades entre 10 – 50 hectáreas, mientras que las mujeres no familiares entre 100 – 200 hectáreas. Finalmente, en cuanto a la forma en que las mujeres obtienen la tierra, ambos segmentos registran que es por herencia o donación. Otra similitud son las actividades económicas que realizan las mujeres en las propiedades, especialmente el cultivo de granos (soja), ganado y otros animales.

Palabras clave: Censo agropecuario; Género; Campo; Propiedades.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v31i57.6695> | Edição Vol. 31, Núm. 57, 2022.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

INTRODUÇÃO

As atividades realizadas por mulheres no meio rural historicamente foram tratadas como um trabalho ligado ao espaço reprodutivo, doméstico e de cuidado, mantendo-se na subalternidade e configurando-se como ajuda em relação aos homens, ou ainda como um trabalho voluntário e em muitas situações, sem direito a renda.

Conforme o Censo Agropecuário de 2017 e o trabalho de Hora, Nobre e Buto (2021), o país tem 5,07 milhões estabelecimentos agropecuários, sendo que 81,3% (4,11 milhões) estavam sob a gestão masculina e 18,7% (946 mil) sob a gestão feminina, confirmando a maior representatividade dos homens como titular dos estabelecimentos. No Rio Grande do Sul, o cenário não é diferente: de um total de 365.052 estabelecimentos, 43.893 são comandados por mulheres (IBGE, 2017).

Especificamente no estado do Rio Grande do Sul, o Censo Agropecuário de 2006, apontou um total de 441.472 mil estabelecimentos rurais, dos quais 400.465 eram chefiados por indivíduos do sexo masculino e 40.837 por indivíduos do sexo feminino, ou seja, no estado, menos de 10% das propriedades estavam, no período considerado, sendo chefiados por mulheres (IBGE, 2006). Dados do Censo Agropecuário de 2017 demonstram que este cenário pouco se alterou no estado gaúcho, apesar de passado mais de uma década: as propriedades chefiadas por homem representam 87% do total, enquanto 13% são pelas mulheres (IBGE, 2017).

Analisando a situação do Rio Grande do Sul por idade, observa-se existir menos mulheres jovens no campo do que idosas. Este fato, segundo Brumer (2004) pode estar relacionado com dois fatores: a diminuição do número de filhos por família, o que implica em um menor número de crianças no meio rural e o aumento da migração das moças para as cidades, sendo está uma característica atual do êxodo rural: um êxodo jovem com maior tendência a saída de mulheres.

Ainda, conforme Brumer (2004) e Spanevello et al. (2020), a diminuição das mulheres no campo pode refletir nas dificuldades em constituição de novos casamentos no meio rural, e por consequência, de novas famílias. Este menor número de mulheres resultando no que Camarano e Abramovay (1999), chamam de masculinização no campo, a exemplo do que foi constatado no meio rural francês por Bourdieu (2002) na década de 1960.

Baseado neste contexto, Cielo et al. (2014), Araújo, Da Costa e Lemos (2020) elucidam que são diversos os desafios que as mulheres precisam passar para ter o seu reconhecimento no agronegócio brasileiro, embora estejam atuando em várias atividades em cultivos agrícolas, salas de

DOI: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v31i57.6695> | Edição Vol. 31, Núm. 57, 2022.



ordenha, operando máquinas agrícolas, em rodadas de negócios e em frente de computadores para acompanhar as condições climáticas ou as cotações do dia. É preciso ponderar que estes desafios citados pelas autoras anteriormente também dependem da idade, estado civil, tipo de trabalho realizado nas propriedades, renda agrícolas e não agrícolas, tamanho de propriedades, do grau de tecnificação, do acesso às informações, entre outros (CIELO et al., 2014; ARAÚJO; DA COSTA; LEMOS, 2020). Ainda, estas diferenças podem ser acentuadas quanto às mulheres pertencem a distintas categorias, tais como a familiar e a não familiar (CIELO et al., 2014; LOPES; LANGBECKER, 2018).

Associado a este cenário, o objetivo deste trabalho é de analisar, de forma comparada, a situação socioprodutiva das mulheres rurais pertencentes à agricultura familiar e não familiar na região noroeste do Rio Grande do Sul-BR, a partir da análise dos dados do Censo Agropecuário de 2017 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

MULHERES NO MEIO RURAL

A participação das mulheres no agronegócio ainda é relativamente baixa, sendo que no ano de 2015, somente 40% dos trabalhadores rurais eram mulheres, conforme apontam informações do CEPEA (2018). Ainda, segundo o CEPEA (2018) enquanto os homens do agronegócio estão predominantemente atuando no segmento primário (agropecuária), as mulheres atuam principalmente nas agroindústrias e nos agrosserviços (CEPEA, 2018).

Em relação a estes dados, Herrera (2012) e Araújo, Da Costa e Lemos (2020) explicam que existe uma naturalização da subordinação da mulher dentro dos estabelecimentos rurais, cuja raiz está relacionada com a relação hierárquica dentro das famílias. Um dos pressupostos apontados pelo autor é a divisão sexual do trabalho.

A divisão sexual do trabalho é entendida como “a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos” modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens ao espaço produtivo e das mulheres o reprodutivo (HIRATA; KERGOAT, 2007). A esse respeito, em contextos empíricos, Paulilo (2016), observa que frequentemente são realizadas distinções entre o trabalho leve e o trabalho pesado, sendo o primeiro relacionado à mulher e o segundo ao homem.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v31i57.6695> | Edição Vol. 31, Núm. 57, 2022.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Entretanto, de modo geral, o trabalho das mulheres nas atividades produtivas geralmente corrobora atividades com características específicas. Brumer (2004) aponta algumas como sendo típicas: execução manual (limpeza do solo e de colheita dos produtos), processamento (seleção, embalagem) de produtos agrícolas, trato e cuidado diário de animais (incluindo a retirada de leite e a criação de animais pequenos), trabalhos da horta (geralmente doméstica). O trabalho feminino no campo, apesar de contribuir na renda da família, ainda remete para muitos, como atividade complementar da atividade exercida pelo trabalho masculino, não sendo valorizadas as produções de gêneros alimentícios comercializáveis, das quais as mulheres participam (BRUMER, 2004; PEDROSO; TIRELLI, 2017; LOPES; LANGBECKER, 2018).

Neste mesmo contexto, Brumer (2004), relata que a divisão do trabalho por sexo na agricultura mostra que as mulheres- juntamente com as crianças e os jovens – ocupam posição subordinada e, geralmente, seu trabalho aparece como ajuda, mesmo quando trabalham tanto quanto os homens ou executam as mesmas atividades que eles. As próprias mulheres rurais apresentam dificuldades em reconhecer todos os trabalhos que realizam (DI SABBATO et al., 2009). Assim costumam declarar jornadas de trabalho muito pequenas, pois comparam-se as trabalhadoras urbanas que precisam sair de casa para trabalhar, enquanto no campo essa questão não é claramente distinguida. Tal invisibilidade pode ser considerada uma das causas da migração de mulheres do meio rural para o urbano (SPANVELLO et al., 2019).

Outras diferenças encontradas estão relacionadas com as tecnificações da propriedade e da atividade produtiva com o tipo de trabalho exercido pelas mulheres. Associado a isto, Spanevello et al. (2020), explicam que na atividade leiteira, as distinções na gestão e no trabalho foram observadas de acordo com o grupo: as mulheres com atividades produtivas modernas (com maior grau de tecnificação associada a maior produção) têm maiores inserções na gestão, enquanto as do grupo de transição e tradicional têm maior dedicação ao trabalho físico, devido aos sistemas de produção serem pouco tecnificados.

Por outro viés, Niederle e Wesz Junior, (2009) e Martins et al. (2020) afirmam que outras atividades não agrícolas como, por exemplo, a agroindustrialização da produção primária tem sido uma estratégia crescente para melhorar as condições de renda das propriedades rurais, permitindo a inclusão social das mulheres.

No que tange aos direitos das mulheres, como é o caso das políticas públicas de crédito, Spanevello et al. (2015) destacam que as mesmas tem acesso. No entanto, mesmo sendo as

DOI: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v31i57.6695> | Edição Vol. 31, Núm. 57, 2022.



tomadoras de crédito em muitas propriedades, as mulheres não tem autonomia para destinar o valor a uma atividade de seu interesse (geralmente de interesse do cônjuge, como maquinário agrícola, animais, entre outros com vistas a fortalecer as atividades agrícolas tradicionalmente produzidas nas propriedades). Ainda, de acordo com Spanevello et al. (2015) isso significa dizer que as mulheres não tem autonomia para decidir sobre o uso e destino do crédito que tomam em seus nomes e muito menos sobre a renda da propriedade gerada por ele. Yiridomoh et al. (2021) em seu estudo na África mostram que as dificuldades das mulheres em ter políticas de crédito ao seu alcance impede melhorias na produção agropecuária realizadas por elas, tais como o acesso a tecnologia, compra de terras, pagamento de mão de obra, entre outros.

O que se constata, de forma geral, sobre a situação no campo é a existência da desigualdade entre gêneros. Conforme Bello et al. (2021) embora as mulheres estejam ativamente envolvidas em uma ampla gama de atividades de produção agrícola, elas têm acesso limitado aos recursos produtivos agrícolas e sua influência na tomada de decisões também é restrita em comparação com os homens. Essas limitações têm o potencial de afetar o desempenho das mulheres na agricultura. Um elemento a ser considerado na análise da situação das mulheres no campo, é a maior migração feminina, em particular a das jovens (SPANVELLO et al., 2019). Este cenário tem ligação com o fato de que as mulheres tiveram menos oportunidades de autonomia econômica no campo, das relações patriarcais e da busca por maior liberdade e autonomia (ARAÚJO; DA COSTA; LEMOS, 2020). Com o grau de escolaridade mais elevado, estas jovens conseguem se inserir nos mercados de trabalho nas cidades com mais facilidade (BRUMER, 2008; PEDROSO; TIRELLI, 2017).

Por outro viés, em décadas mais recentes no Brasil, a inclusão das mulheres em programas de extensão rural, em ações contra a violência da mulher rural, a sua inclusão como beneficiária de terras em programas de Reforma Agrária, em políticas de crédito para atividades agrícolas e não agrícolas sugerem diminuir as desigualdades em favor das mulheres rurais. Autores como Wei et al. (2021) reforçam a ideia que garantir a autonomia reconhecimento seu papel no desenvolvimento socioeconômico no meio rural, através de ações de empoderamento tem impacto na redução de pobreza de renda e pobreza multidimensional na sociedade.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v31i57.6695> | Edição Vol. 31, Núm. 57, 2022.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

METODOLOGIA

Os dados apresentados neste estudo foram obtidos por meio do Censo Agropecuário 2017 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁵. Portanto, trata-se de uma base formada por dados secundários. Embora não sendo dados coletados pelo próprio pesquisador, podem ser aplicados distintas análises, qualitativa, quantitativa ou ambas dependendo do objetivo da pesquisa (KOVACS, 2012). No caso deste estudo, utiliza-se de análise qualitativa (MINAYO, 2012) no qual é utilizada análise descritiva dos dados. As variáveis utilizadas encontram-se dispostas na tabela 1:

Tabela 1- Variáveis utilizadas do Censo Agropecuário 2017

	Variáveis
Mulheres da agricultora familiar e não familiar	Faixa etária
	Escolaridade
	Forma de obtenção de terras
	Cultivos temporários e permanentes

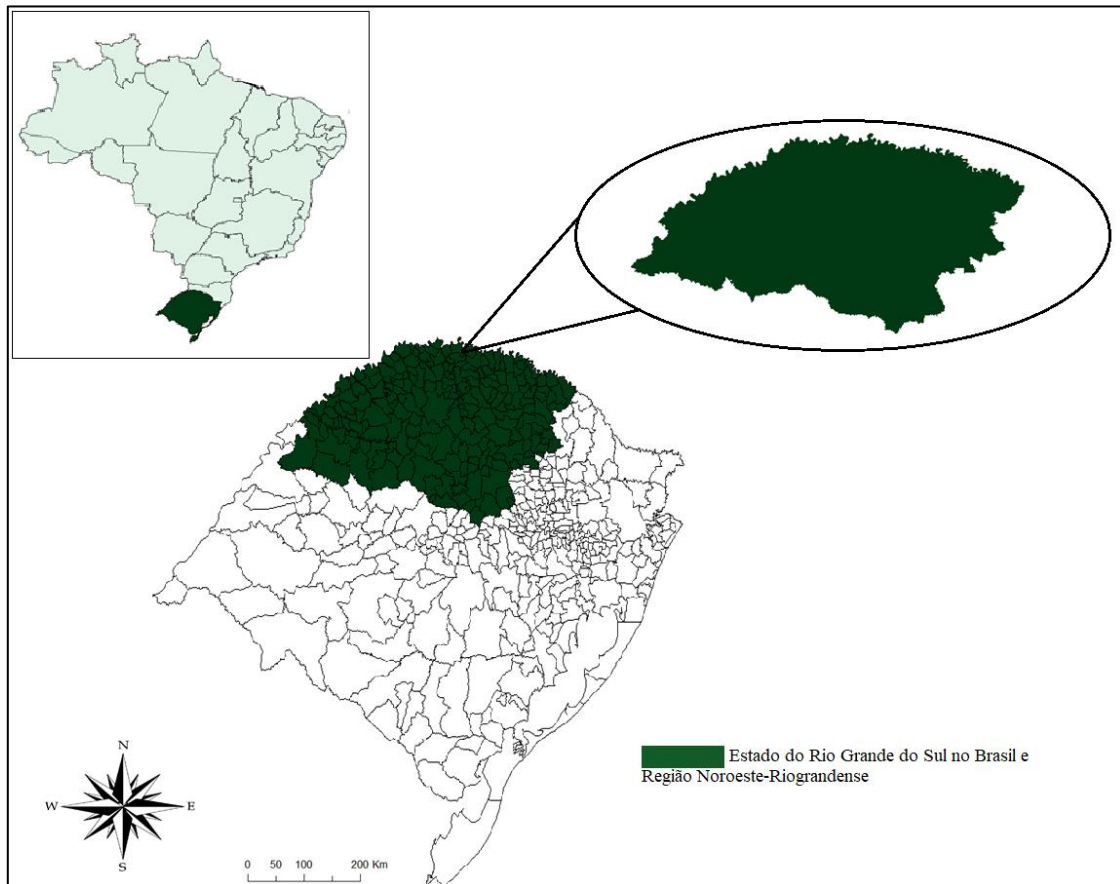
Fonte: elaborado pelas autoras (2021), com base no censo agropecuário 2017.

A região de estudo é referente ao Noroeste do Rio Grande do Sul (Figura 01), a qual é composta por 216 municípios. Nesta região, no que concerne o percentual de mulheres que se encontram em estabelecimentos rurais é de 10,38%. Do mesmo modo, em relação à categoria familiar, 12,20% dos estabelecimentos rurais tem a presença feminina; e 11,35% dos estabelecimentos rurais não familiares. Associado a isto, a Figura a seguir esboça a localização geográfica da região no Brasil e no estado do Rio Grande do Sul.

⁵ Censo agropecuário. Resultados definitivos dos dados referentes a características dos estabelecimentos e dos produtores.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v31i57.6695> | Edição Vol. 31, Núm. 57, 2022.



Figura 1- Localização geográfica da Mesorregião Noroeste Rio Grande do Sul

Fonte: elaborado pelas autoras (2021).

Após a seleção das variáveis (Tabela 1), da região em destaque (Figura 1), estas foram manipuladas em planilhas do *Microsoft Excel*, para posterior análise. Os resultados são apresentados na seção a seguir.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esta seção corrobora os resultados encontrados a partir dos dados obtidos através do Censo Agropecuário de 2017. O primeiro tópico apresenta o perfil das mulheres do grupo da agricultura familiar e não familiar. O segundo esboça o perfil das propriedades rurais. O terceiro e último tópico apresenta a participação das mulheres nas atividades econômicas desenvolvidas nas propriedades rurais.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v31i57.6695> | Edição Vol. 31, Núm. 57, 2022.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Perfil das mulheres rurais do Noroeste do Rio Grande do Sul

Em se tratando da agricultura não familiar os números mais expressivos do Censo Agropecuário de 2017, indicam que 24,59% das mulheres possuem primeiro grau; 23,56% cursaram segundo grau e 20,37% possuem curso superior, onde somente 0,98% cursaram mestrado ou doutorado. Nota-se que o número de mulheres na agricultura não familiar, com estudo mais avançado, supera os números da agricultura familiar iniciando pelo número de mulheres que nunca frequentou a escola, na agricultura não familiar são 1,65% de mulheres já na agricultura familiar são 5,86%, porém na agricultura familiar são 37,48% as mulheres que completaram o antigo primário e 26,95% mulheres possuem o primeiro grau. Neste contexto, a tabela a seguir apresenta a idade das mulheres por faixa etária.

Tabela 2- Faixas etárias (%) das mulheres rurais familiares e não familiares

Faixas etárias	Agricultura familiar – não	Agricultura familiar – sim
Menor de 25 anos	3,19	1,97
De 25 a menos de 35 anos	14,92	6,91
De 35 a menos de 45 anos	21,71	12,11
De 45 a menos de 55 anos	26,65	21,80
De 55 a menos de 65 anos	16,62	26,72
De 65 a menos de 75 anos	9,77	19,71
De 75 anos e mais	7,15	10,77

Fonte: elaborado pelas autoras (2021), com base no censo agropecuário 2017.

Em relação à idade, ocorre a predominância de mulheres não pertencentes a agricultura familiar na faixa etária dos 45 a 55 anos (26,55%) e entre os 35 e 45 anos (21,71%). No entanto, quando se trata de mulheres da agricultura familiar, a faixa etária compreende: dos 55 a menos de 65 anos (26,72%) e dos 45 a menos de 55 anos (21,80%). Zanetti e Menasche (2007), em seu trabalho no Vale do Taquari, também encontraram a maior parte das mulheres nos estabelecimentos familiares na faixa etária dos 45 e 65 anos. A predominância de mulheres mais velhas nestes dois segmentos, segundo Brumer (2004) e mais recentemente, Pedroso e Tirelli (2017), pode estar relacionada à dois fatores: a diminuição do número de filhos por família, o que implica em um menor número de crianças no meio rural e o aumento da migração das moças para as cidades. A respeito deste último fator, Ramos (2017) acrescenta que, a expansão do uso de tecnologias

DOI: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v31i57.6695> | Edição Vol. 31, Núm. 57, 2022.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

poupadoras de mão de obra, especialmente de máquinas agrícolas, é apontada como sendo responsável pelo afastamento das mulheres das atividades produtivas.

De modo geral, na agricultura não familiar a porcentagem (3,19%) de mulheres jovens (menor de 25 anos) é maior do que as que estão na agricultura familiar (1,97%), pois, em larga medida, mostra que as mulheres com atividades produtivas mais tecnificadas ou modernas, têm maior inserção na gestão, enquanto as pertencentes ao grupo familiar têm maior dedicação ao trabalho manual devido aos sistemas de produção ser pouco tecnificados (SPANVELLO et al., 2020). Em larga medida, devido a estas circunstâncias, em sua maioria, as mulheres jovens da agricultura familiar saem em busca de melhores as condições de renda, autonomia e valorização (GODOI; AGUIAR, 2018).

Perfil das propriedades rurais

Este item trata de apresentar o tamanho (em hectares) das propriedades rurais das mulheres familiares e não familiares. Em se tratando de área de terras, a maior parcela de mulheres está inserida em áreas com 100 a 200 hectares (20,77%), na agricultura não familiar. Esta informação é contrária ao estudo de Brumer (2004) onde mostra que conforme aumenta o tamanho do estabelecimento, diminui o número de mulheres. Entretanto, na agricultura familiar a maior porcentagem de mulheres está em áreas menores, entre 10 e 20 hectares (29,79%) (IBGE, 2017).

Estas informações seguem o estudo feito por Zanetti e Menasche (2007), onde as propriedades familiares das mulheres entrevistadas se concentram em dez hectares ou abaixo. Ainda segundo Brumer (2004) há diferenças no emprego de mulheres conforme aumenta a área do estabelecimento, onde áreas maiores ocupam mais mão de obra e áreas menores, menos. No setor de agricultura familiar, áreas acima de 200 hectares não possuem mulheres, pois estas áreas já não se enquadram nos quesitos de estabelecimento familiar, conforme a Lei 11.326 de julho de 2006 (BRASIL, 2006). Neste sentido, a tabela a seguir apresenta as formas de obtenção das propriedades das mulheres.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v31i57.6695> | Edição Vol. 31, Núm. 57, 2022.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Tabela 3- Formas de obtenção das propriedades rurais pelas mulheres

Forma de obtenção das terras	Agricultura familiar - não		Agricultura familiar sim	
Compra de particular	926	55,48%	6081	53,05%
Compra via crédito fundiário (cédula da terra, Banco da terra, etc.)	47	2,82%	423	3,69%
Concessão de direito real de uso (licença de ocupação)	13	0,78%	68	0,59%
Concessão de terra indígena	3	0,18%	139	1,21%
Titulação ou licença de ocupação por reforma agrária	2	0,12%	113	0,99%
Posse não titulada	16	0,96%	123	1,07%
Titulação de comunidade quilombola (inclusive aquelas em fase de regularização)	-	0,00%	6	0,05%
Herança ou doação	956	57,28%	6420	56,01%
Usucapião	6	0,36%	72	0,63%
Não sabe	4	0,24%	21	0,18%

Fonte: elaborado pelas autoras (2021), com base no censo agropecuário 2017.

Conforme os dados apresentados na Tabela 3, a forma predominante de obtenção de terras por parte das mulheres é através da herança ou doação (57,28% e 56,01%), seja mulheres do grupo de agricultura não familiar e familiar, respectivamente. Estes aspectos contrariam muitos estudos onde explicam que as mulheres não recebem herança de terras e sim “dotes” pois as terras são herança para os homens da família. Entretanto, as mulheres podem estar recebendo estas terras através do casamento, onde o marido passa a mulher, ou em casos que não existem homem na família para vir a receber a herança (BRUMER, 2004; PEDROSO; TIRELLI, 2017).

O estudo feito por Rhein e Berrá (2017), Lopes e Langbecker (2018) mostram um cenário diferente, onde os pais incentivam as filhas a continuar na propriedade familiar, propiciando a estas participações nas tomadas de decisão. Atualmente a visão é de que as filhas possuem as mesmas capacidades que os filhos para realizar a gestão e os serviços da propriedade, devido a este fato, as filhas conquistaram seu lugar na propriedade, herdando as terras (RHEIN; BERRÁ, 2017). Outro dado expressivo é que 55,48% de mulheres compram suas terras na agricultura não familiar, e na agricultura familiar são 53,05%. A autora Deere e León (2005), em sua pesquisa, constatou que há diferença na aquisição de terras por parte das mulheres, a principal forma que elas tendem a adquirir e se tornarem proprietárias é através da herança. Outro indicativo listado é que a herança está tornando-se mais igualitária.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v31i57.6695> Edição Vol. 31, Núm. 57, 2022.

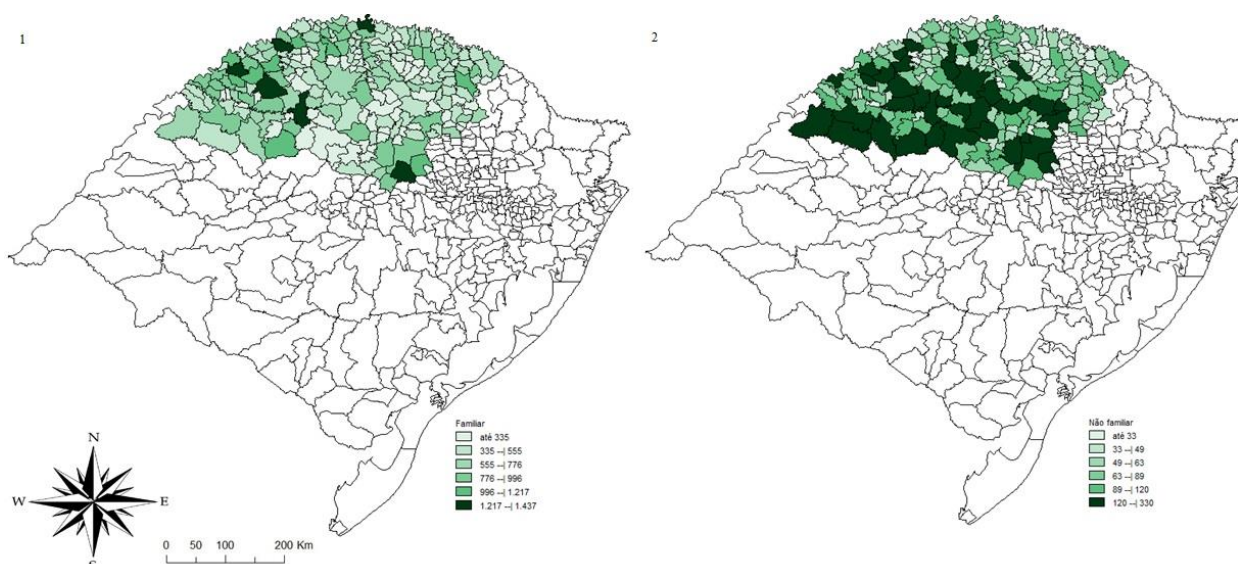


Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Atividades econômicas e a participação das mulheres rurais do Noroeste do Rio Grande do Sul

A figura abaixo (2) traz o panorama geral, por município da mesorregião noroeste no que concerne a concentração de mulheres nas propriedades que tem cultivos temporários. Observa-se em primeiro momento, uma correlação positiva entre as dinâmicas produtivas das regiões e a quantidade de mulheres.

Figura 2- Quantidade de propriedades com cultivos temporários do grupo de mulheres do grupo familiar e não familiar por municípios da mesorregião noroeste- RS



Fonte: elaborado pelas autoras (2021), com base no censo agropecuário 2017.

Em se tratando de cultivos temporários das mulheres da agricultura não familiar (2), observa-se que a quantidade de propriedades por município (Figura 2) é menor do que da agricultura familiar. Por outro lado, este grupo tem concentração em culturas temporárias, principalmente no que concerne o cultivo de grãos, como a soja, sobretudo, porque a centralização está em municípios em que as culturas anuais são os principais produtos, como por exemplo, Palmeira das Missões (330), Soledade (287), Passo Fundo (284), São Luiz Gonzaga (254) e Cruz Alta (235) entre outros (Figura 2). Assim como, nos municípios em que ocorre maior concentração de área média por propriedades (IBGE, 2017).

DOI: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v31i57.6695> | Edição Vol. 31, Núm. 57, 2022.



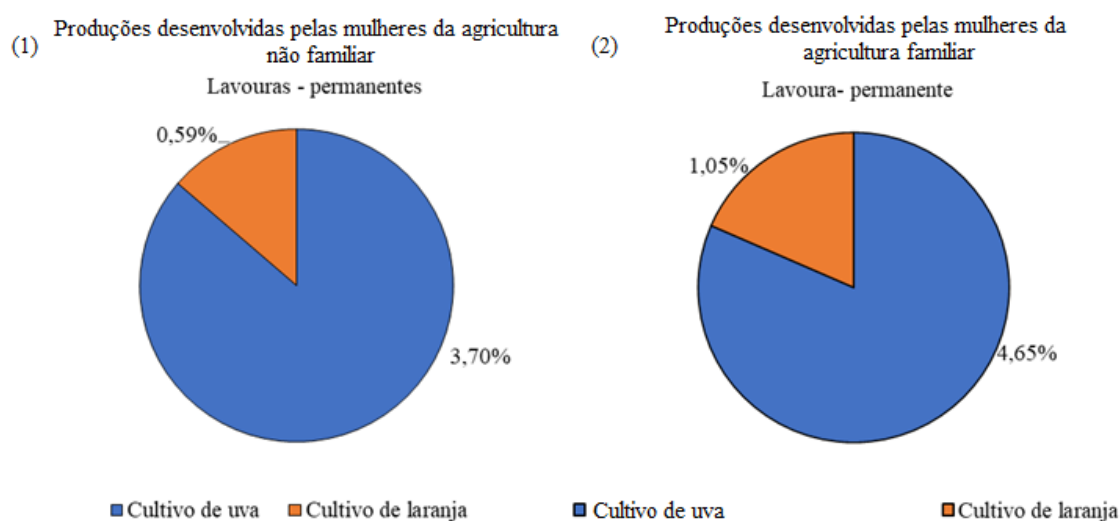
Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Por outro viés, quando é analisado o grupo de mulheres da agricultura familiar, estas ocupam um número maior de propriedades, no entanto, com quantidade de áreas médias menores. Os municípios que apresentam concentração de cultivos temporários mais praticados pelas mulheres é em Barros Cassal (1.437), Santo Cristo (1.347), Alpestre (1.237), e Crissiumal (1.402). Estes municípios, em especial são pequenos em número de habitantes (14.000 em média), nos quais as culturas como grãos (soja; milho) também apresentam cultivos de tabaco e horticultura (IBGE, 2017).

Visualizando a participação das mulheres nas atividades agropecuárias nota-se que há um crescimento da participação destas nas atividades de lavoura e pecuária, pois segundo estudo realizado por Di Sabbato et al. (2009), o extrato de mulheres trabalhando com lavouras neste ano era de 27,5% e, analisando a tabela acima, atualmente na agricultura não familiar, 56,44% das mulheres trabalham com lavouras temporárias; já na agricultura familiar o número é maior, sendo 62,44% de mulheres trabalhando com lavouras. Brumer (2004) em seu estudo mostra que a concentração de determinadas atividades agropecuárias é variada nas diferentes regiões do país, onde há relação entre as condições de trabalho, obtenção de renda e idade dos trabalhadores, o autor constatou algumas relações, por exemplo, a população mais idosa utiliza sua terra para criação de gado, por outro lado, regiões com uma população rural relativamente mais jovem apresentam uma agricultura mais dinâmica e diversificada, com um uso mais intensivo das terras e, por consequência, com uma maior utilização de mão-de-obra, por isso as concentrações de mulheres são maiores em algumas atividades.

No estudo sobre os serviços desempenhados pelas mulheres em propriedades familiares, pode-se constatar que 100% delas participam de todos os serviços diários da propriedade que possuem atividades como produção leiteira, suínos, aves e terneiras, as mesmas ajudam no serviço ao lado do marido e após desempenham seu papel dentro de dos lares (RHEIN; BERRÁ, 2017). Deste modo na figura 3 é apresentado as produções mais desenvolvidas nas propriedades de mulheres familiares e não familiares.



Figura 3- Produções desenvolvidas por mulheres da agricultura familiar e não familiar

Fonte: elaborado pelas autoras (2021), com base no censo agropecuário 2017.

Em termos de produções permanentes, os cultivos mais praticados são de Uva (*Vitis vinifera L.*) e Laranja (*Citrus × sinensis*). Estes cultivos são os mais tradicionais encontrados na região noroeste, cultivados principalmente nos municípios de Liberato Salzano, Alpestre, Planalto, Sarandi e Ametista do Sul (TORRES, 2014; IBGE, 2017). Em larga medida, estes cultivos são produzidos em propriedades familiares, visto que em termos absolutos, as propriedades de mulheres não familiares corroboram 13 e 82, respectivamente, que apresentam cultivos de laranja e uva. No mesmo sentido, a quantidade de propriedades de mulheres da agricultura familiar que possuem estas atividades são concomitantemente 142 e 627 para os mesmos cultivos (laranja e uva).

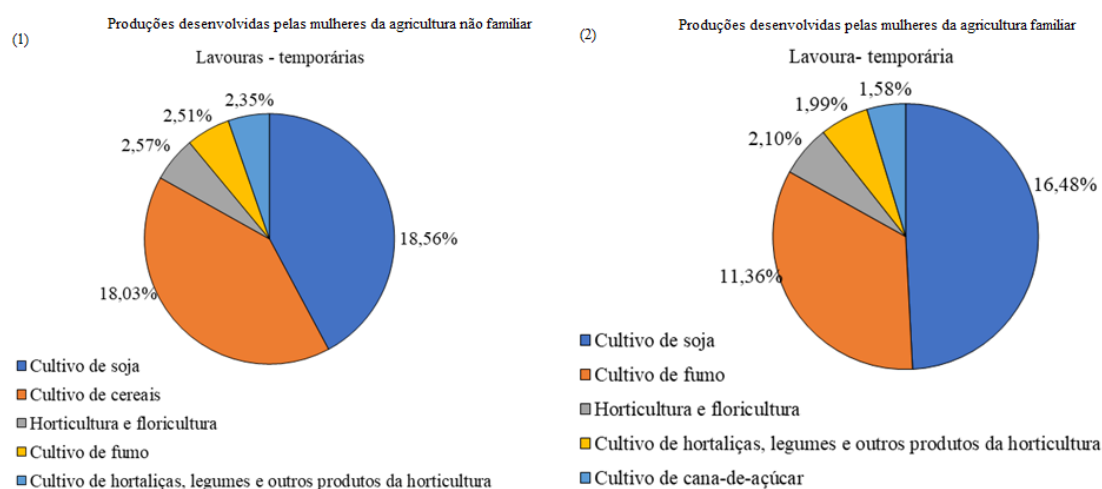
Neste contexto, a figura 04 apresenta as produções de lavouras temporárias desenvolvidas pelos dois grupos de mulheres na região noroeste-RS.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v31i57.6695> | Edição Vol. 31, Núm. 57, 2022.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Figura 4- Produções desenvolvidas por mulheres da agricultura familiar e não familiar



Fonte: elaborado pelas autoras (2021), com base no censo agropecuário 2017.

As mulheres da agricultura não familiar apresentam como principal cultivo a cultura da soja (18,56%) seguido pelos demais cereais (18,03%) (trigo, milho). Outros cultivos como horticultura e fumicultura são desenvolvidos por número menor de propriedades. No que concerne as mulheres da agricultura familiar, nos cultivos também se encontram a produção de soja. Por mais que a produção de soja seja vista como de alto padrão tecnológico e existente em propriedades maiores, é uma cultura difundida em todas as regiões, bem como, está presente nas propriedades familiares, em larga medida, a diferença (agricultores familiares e não familiares) corresponde ao fato de que nestas propriedades (familiares), o cultivo não é a principal atividade produtiva desenvolvida (SCHNEIDER; NIERDELE, 2008; SILVA, 2013).

Nesta perspectiva, as mulheres da agricultura familiar desempenham outras atividades produtivas, como o cultivo do fumo/tabaco, a qual é uma produção importante para geração de renda em locais onde os solos são mais ondulados e ocorre a inviabilidade de cultivos mecanizados (TONIN et al., 2018). Outras atividades corroboram a horticultura e cultivo da cana-de-açúcar. Estes desdobramentos demonstram que mesmo ocorrendo produções mais cultivadas, ocorre de modo geral uma diversificação produtiva (SCHNEIDER; NIERDELE, 2008), seja no grupo de mulheres da agricultura familiar ou não.

Outras evidências revelam ainda que em propriedades familiares, com até dez hectares, a maior parte dos cultivos é para autoconsumo e o excedente são destinados para comercialização. As atividades desenvolvidas são pequenas criações como hortas, pomares e pequenas lavouras,

DOI: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v31i57.6695> | Edição Vol. 31, Núm. 57, 2022.



produção de frutas, legumes, animais como galinhas, suínos, bovinos e caprinos (IBGE, 2017). As mulheres são designadas as atividades que não envolvam o manuseio com agrotóxicos, sendo assim, cuidam dos alimentos para autoconsumo (ZANETTI; MENASCHE, 2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho consistiu em analisar, de forma comparada, a situação socioprodutiva das mulheres rurais pertencentes à agricultura familiar e não familiar na região noroeste do Rio Grande do Sul, a partir da análise dos dados do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE).

Considerando a questão de gênero no meio rural, conclui-se que o maior extrato de mulheres pertence à agricultura familiar, onde é encontrado o maior número de estabelecimentos, porém com áreas de terras inferiores. Por outro lado, o percentual maior de mulheres que nunca frequentou a escola encontra-se também entre as familiares. Isso está relacionado ao maior tempo dedicado as atividades produtivas e cuidado com os familiares. Concomitante a isto, a baixa escolaridade acarreta também em menores argumentações em defesa de seus interesses e também das possibilidades de escolhas e autonomia, fatores esses que se estendem ao longo dos anos entre o grupo de mulheres rurais da agricultura familiar. É ainda neste extrato que se encontra mulheres com idade mais elevada.

Enquanto no grupo das mulheres correspondentes ao extrato não familiar, encontra-se mulheres, mais jovens, com maior escolaridade (ensino superior) e áreas de terra superiores. Estes fatores comparativos permitem salientar que a permanência das mulheres rurais não familiares nas propriedades pode ser uma escolha, entre outras opções de modos de vida que possuem.

Como características similares entre as mulheres de ambos os grupos, constatou-se que no referente à forma de obtenção de terras os dois segmentos registram ser através da herança ou doação. Outra semelhança são as atividades econômicas desenvolvidas pelas mulheres nas propriedades com destaque para o cultivo de grãos (soja), bovinos e outros animais.

De modo geral, os resultados demonstraram que as mulheres pertencentes à agricultura não familiar se destacam quanto ao fato de serem mais jovens e atuarem em propriedades rurais maiores em tamanho de área, apesar do contingente de propriedades familiares serem mais representativo. No entanto, cabe destacar que, os resultados deste trabalho (elaborado apenas com seis variáveis

DOI: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v31i57.6695> | Edição Vol. 31, Núm. 57, 2022.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

disponíveis no Censo Agropecuário de 2017) não são suficientes para gerar uma análise aprofundada das diferenças entre as mulheres pertencentes ao segmento familiar e não familiar, carecendo de outros estudos da temática.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. et al. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília, DF: Unesco, 1999.

ARAÚJO, L. A.; DA COSTA, T. M. M.; LEMOS, T. de C. S. Mulheres no campo. **Campo-território: revista de geografia agrária**, v. 15, n. 36 Jul., p. 88-111, 2020.

BELLO, L. O. et al. Gender decomposition in smallholder agricultural performance in rural Nigeria. **Scientific African**. v. 13, 2021, p. 1-12.

BRASIL. Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 jul. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm>.

BRUMER, A. Gender relations in family-farm agriculture and rural-urban migration in Brazil. **Latin American Perspectives**, v. 35, n. 6, p. 11-28, 2008.

BRUMER, A. Gênero e agricultura; a situação da mulher na agricultura no Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 205-227, 2004.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil**: panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. Disponível em: <<https://repositorio.usp.br/item/001028569>>. Acesso em: 19 abr. 2021

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA (CEPEA). **Mulheres no Agronegócio**. Piracicaba, v. 1, novembro, 2018. Disponível em: https://www.cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/Mulheres%20no%20agro_FINAL.pdf. Acesso em: 30 de set. 2020.

CHAMBE, M., A., G., C. O acesso. Posse e controle da terra das mulheres rurais nas comunidades do distrito do Inharrime. **Tese** (Doutorado em Política Social) Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/20644/1/2016_MariaAlbertinaGomesChaleChambe.pdf Acesso em: 16 de dez. 2020

CIELO, I. D. et al. A participação feminina no agronegócio: o caso da Coopavel – Cooperativa Agroindustrial de Cascavel. **Revista Capital Científico**, v. 12, n. 1, jan./mar. 2014. Disponível em: www.spell.org.br/documentos/download/33094. Acesso em: 28 fev. 2018

DOI: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v31i57.6695> | Edição Vol. 31, Núm. 57, 2022.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

DEERE, C., D., LÉON, M. Diferenças de gênero em relação a bens: a propriedade fundiária na América Latina. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 5, nº 10, jul/dez 2003, p. 100-153. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/soc/n10/18717.pdf>. Acesso em: 15 de dez. 2020

DI SABBATO, A. et al. **Estatísticas Rurais e a Economia Feminista Um olhar sobre o trabalho das mulheres**. Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres/ Alberto Di Sabbato; Hildete Pereira de Melo; Maria Rosa Lombardi; Nalu Faria; organização de Andrea Butto. – Brasília : MDA, 2009. 168p
Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2468227621001794>. Acesso em: 15 set. 2021.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA, MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Mapa, Embrapa e IBGE apresentam os dados sobre mulheres rurais. **Estudos socioeconômicos e ambientais**.

HERRERA, K. M. Uma análise do trabalho da mulher rural através da perspectiva da multifuncionalidade agrícola. **Seminário Internacional Fazendo Gênero**, v. 10, 2013.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

HORA, K.; NOBRE, M.; BUTTO, A. As mulheres no Censo Agropecuário 2017. FRIEDRICH-EBERT-STIFTUNG. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/17954.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo agropecuário de 2017**. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>. Acesso em: abril de 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE. **Contagem populacional**. Rio de Janeiro, 2012.

KOVACS, M. H. Pesquisa em turismo: uma avaliação das metodologias empregadas nos artigos publicados nos anais no triênio do seminário anual da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-graduação em Turismo – ANPTUR. **Revista Turismo Visão e Ação**, v. 14 - nº 1 - p. 19–34 / jan-abr 2012.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar: comparação internacional**. v.1. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

LOPES, M. J. M.; LANGBECKER, T. B. Inclusão produtiva, pecuária familiar e situação das mulheres rurais do Programa Brasil Sem Miséria em um município do RS-contexto de uma realidade pouco conhecida. **REDES: Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 23, n. 1, p. 31-52, 2018.

MINAYO, M. C. de S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & saúde coletiva**, v. 17, p. 621-626, 2012.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v31i57.6695> | Edição Vol. 31, Núm. 57, 2022.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

NIEDERLE, P. A.; WESZ JUNIOR, V. J. A agroindústria familiar na região Missões: construção de autonomia e diversificação dos meios de vida. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 14, n. 3, p. 75-102, set./dez. 2009. Doi: 10.17058/redes.v14i3.566

PAULILO, M. I. **Mulheres Rurais: quatro décadas de diálogo**. Florianópolis: UFSC, 2016. 383 p.

PEDROSO, A. M. C.; TIRELLI, C. Gênero, redes e capital social no meio rural: a experiência dos grupos de mulheres no município de São Sepé-RS. **Ágora**, v. 19, n. 1, p. 20-33, 2017.

RAMOS, F. S. Do campo à academia, da academia ao campo: as mulheres na agroecologia. Século XXI, **Revista de Ciências Sociais**, v.7, no 1, p.43-65, jan./jun. 2017

RHEIN, T., H., BERRÁ, L. Desafio da mulher na gestão das propriedades rurais familiares do município de Westfália/RS. **Revista Destaques Acadêmicos**, Lajeado, v. 9, n. 1, 2017.

SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, Paulo André. Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. **Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais**. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, p. 989-1014, 2008.

SILVA, J. T. da C. da. **Evolução da produção de soja no Mato Grosso e Rio Grande do Sul: 1970 a 2010**. 2014.

SPANEVERELLO, R. M. et al. Crédito rural na perspectiva das mulheres trabalhadoras rurais da agricultura familiar: uma análise do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). **Polis**, v.44, 2016. Disponível em: <https://journals.openedition.org/polis/11963>. Acesso em: 15 set. 2021.

SPANEVERELLO, R. M. et al. Mulheres Rurais e Atividades não Agrícolas no Âmbito da Agricultura Familiar. **Desenvolvimento em Questão**, v. 17, n. 48, p. 250-265, 2019.

SPANEVERELLO, R. M. et al. Women's work in dairy farming: analysis in modern, traditional and transitional production contexts in Rio Grande do Sul (Brazil). **DRd – Desenvolvimento Regional em Debate**, v. 10, p. 655-676, 2020.

TONIN, J. et al. Dinâmica Agrária e Fruticultura no Território Médio Alto Uruguai. **Anais do Simpósio Latino-Americano de Estudos de Desenvolvimento Regional**, v. 1, n. 1, 2018.

TORRES, O. A. Fruticultura na região Noroeste do Rio Grande do Sul. **COLÓQUIO-Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 11, n. 1, p. 93-119, 2014.

WEI, W. et al. The Influence of Women's Empowerment on Poverty Reduction in the Rural Areas of Bangladesh: Focus on Health, Education and Living Standard. **Internacional Journal Environmental Research and Public Health**, v.18, 2021. Disponível em: <https://www.mdpi.com/1660-4601/18/13/6909/htm>. Acesso em: 15 set. 2021.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v31i57.6695> | Edição Vol. 31, Núm. 57, 2022.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

YIRIDOMOH, Y. G et al. Women in ginger production and livelihood sustainability in rural Ghana: an explorative study, **Local Environment**, v. 26, n° 9, set. 2021, pp. 1051-1069.

ZANETTI, C. MENASCHE, R. **A agricultura familiar a mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari**. Editora UFRGS, 2007, P. 130-141. Disponível em: http://guaiaca.ufpel.edu.br/bitstream/prefix/6367/1/Seguranca_alimentar_substantivo_feminino.pdf. Acesso em: 15 de dez. 2020.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v31i57.6695> | Edição Vol. 31, Núm. 57, 2022.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.